

Câmara



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ
PROCURADORIA GERAL**

LEI Nº 707 /94-PMM.

ESTIMA RECEITA E FIXA A DESPESA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ, PARA O EXERCÍCIO DE 1.995.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACAPÁ.

Faço saber que a Câmara Municipal de Macapá, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A presente Lei estima a RECEITA e fixa a DESPESA da Prefeitura Municipal de Macapá para 1995, compreendendo:

- I - O Orçamento Fiscal referente ao Poder Municipal e seus órgãos;
- II - O Orçamento de Investimento das Autarquias e Empresas Públicas.

Art. 2º - A Receita Total é estimada no mesmo valor da Despesa Total em R\$ 34.358.339,00 (Trinta e Quatro Milhões, Trezentos e Cinquenta e Oito Mil, Trezentos e Trinta e Nove Reais), sendo R\$ 33.508.339,00 (Trinta e Três Milhões, Quinhentos e Oito Mil, Trezentos e Trinta e Nove Reais), do Tesouro Municipal e R\$ 850.000,00 (Oitocentos e Cinquenta Mil Reais) de outras fontes das entidades supervisionadas e da Administração Indireta.

Art. 3º - A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, relacionada no anexo, de acordo com o seguinte sumário geral:

1	-	RECEITA	
1.1	-	RECEITA DO TESOURO	
		Receitas Correntes.....	R\$ 33.112.879,00
		Receita Tributária.....	R\$ 2.037.822,00
		Receita Patrimonial....	R\$ 57.473,00

Proprietário



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ
PROCURADORIA GERAL

LEI Nº 707/94-PM.....Fls.....02

Receita de Indústria.....	R\$	12.819,00
Receita de Contribuições....	R\$	39.422,00
Transferências Correntes....	R\$	29.938.913,00
Outras Receitas Correntes...	R\$	1.026.430,00
Receitas de Capital.....	R\$	395.460,00
Alienação de Bens.....	R\$	74.910,00
Transferência de Capital....	R\$	320.550,00
TOTAL.....	R\$	33.508.339,00

1.2 - RECEITA DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS

Receitas Correntes.....	R\$	300.000,00
TOTAL.....	R\$	300.000,00

1.3 - RECEITAS DE OUTRAS FONTES E EMPRESAS PÚBLICAS

Receitas Correntes	R\$	550.000,00
TOTAL.....	R\$	550.000,00

TOTAL GERAL..... R\$ 34.358.339,00

Art. 4º - A Despesa será realizada segundo a discriminação constante do Anexo II, que apresenta a sua composição por Funções e pelos Poderes Legislativo e Executivo, compreendendo este as Autarquias e Empresas Públicas e segundo as Fontes de Recursos, conforme o seguinte desdobramento:

I - DESPESAS POR FUNÇÕES

1 - Despesas com Recursos do Tesouro

01. LEGISLATIVA.....	R\$	2.680.667,00
02. JUDICIÁRIA.....	R\$	105.212,00
03. ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO..	R\$	14.119.475,00
04. AGRICULTURA.....	R\$	150.000,00
05. DEFESA NAC. E SEG. PÚBLICA..	R\$	2.240,00
08. EDUCAÇÃO E CULTURA.....	R\$	8.693.834,00
09. ENERGIA E RECURSOS MINERAIS..	R\$	3.690,00
10. HABITAÇÃO E URBANISMO.....	R\$	1.999.126,00
11. INDÚSTRIA COM. E SERVIÇO.....	R\$	8.500,00

Assinatura



ESTADO DO AMAPÁ
 PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ
 PROCURADORIA GERAL

LEI Nº 707 /94-PMU.....Fls.....03

13. SAÚDE E SANEAMENTO.....	R\$	3.365.414,00
14. TRABALHO.....	R\$	400.000,00
15. ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA.....	R\$	1.708.736,00
16. TRANSPORTE.....	R\$	271.445,00
TOTAL.....	R\$	33.508.339,00

2 - Despesas com Recursos de Outras Fontes das Autarquias:

ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA.....	R\$	300.000,00
TOTAL.....	R\$	300.000,00

3 - Despesas com Recursos de Outras Fontes das Empresas Públicas (inclusive Transferência do Tesouro).

HABITAÇÃO E URBANISMO.....	R\$	500.000,00
TRANSPORTE.....	R\$	50.000,00
TOTAL.....	R\$	550.000,00

Total das Despesas por Funções R\$ 34.358.339,00

II - DESPESAS POR ÓRGÃO

1 - Despesas com Recursos do Tesouro

PODER LEGISLATIVO	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAPÁ...R\$	2.641.403,00	39.264,00	2.680.667,00
PODER EXECUTIVO			
GABINETE DO PREFEITO.....R\$	342.937,00	166.089,00	509.026,00
PROCURADORIA JURÍDICA.... R\$	64.922,00	40.290,00	105.212,00
AUDITORIA..... R\$	26.738,00	25.120,00	51.858,00
CORREGEDORIA..... R\$	9.755,00	41.640,00	51.395,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.. R\$	4.026.648,00	75.840,00	4.102.488,00
SECRETARIA DE FINANÇAS... R\$	4.629.927,00	151.891,00	4.870.517,90
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO... R\$	6.460.499,00	1.692.335,00	8.152.834,00
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO			
URB. E MEIO AMBIENTE.....R\$	996.117,00	353.175,00	1.349.292,00

Assinado



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ
PROCURADORIA GERAL

LEI Nº 707 /94-PMM.....Fls.....04

SECRETARIA DE OBRAS E VIAÇÃO...R\$	1.329.691,00	952.935,00	2.282.626,00
SECRETARIA DE SERV. PÚB.....R\$	2.389.912,00	400.551,00	2.790.463,00
SECRETARIA DE AÇÃO COMUNIT..R\$	305.090,00	55.000,00	360.090,00
SECRETARIA DE SAÚDE.....R\$	2.648.274,00	702.600,00	3.350.834,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA....R\$	100.200,00	49.800,00	150.000,00
COORDENADORIA DE CULTURA.....R\$	229.300,00	270.700,00	500.000,00
TOTAL.....R\$	28.318.373,00	5.189.966,00	33.508.339,00

2 - Despesas com Recursos de Outras Fontes das Autarquias

INST. DE PREV. MUNICIPAL	R\$	300.000,00	-	300.000,00
TOTAL.....R\$		300.000,00	-	300.000,00

3 - Despesas com Recursos de Outras Fontes e das Empresas Públicas:

	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL
EMDESUR..... R\$	500.000,00	-	500.000,00
EMTURB..... R\$	50.000,00	-	50.000,00
TOTAL: R\$	550.000,00	-	550.000,00
TOTAL DAS DESP.			
DOS ÓRGÃOS..... R\$	29.168.373,00	5.189.966,00	34.358.339,00

Art. 5º - O Poder Executivo, no interesse da Administração poderá designar Órgãos Centrais para movimentar dotações atribuídas as Unidades Orçamentárias, conforme dispõe o artigo 66 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 6º - Atendendo ao disposto no Art. 5º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, o recolhimento das Receitas do Tesouro, ressalvadas aquelas cuja peculiaridade exija tratamento específico por parte do Poder Executivo, será efetuado em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada a fragmentação para criação de caixas paralelos.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo autorizado, no decorrer do exercício de 1995 a:

I - abrir Crédito Suplementar para atender a insuficiência nas Dotações Orçamentárias até o limite de 50% (cinquenta por cento), da despesa atualizada dos Orçamentos Fiscal e de Seguridade

Assinatura



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ
PROCURADORIA GERAL

LEI Nº 707 /94-PM.....Fls.....05

Social, utilizando como fonte de recursos as disponibilidades citadas nos itens I, II e III do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964;

II - suplementar as dotações referentes as Receitas vinculadas pelo valor de seu excesso de arrecadação efetivamente realizado;

III - abrir Crédito Suplementar que tenha como fonte os recursos com deliberação específica, transferidos ao Município pela União, Estado e Outras Entidades Públicas ou Privadas, Nacionais ou Estaduais, através de Convênio, Acordo ou Contrato com cláusulas de reembolso e outras modalidades de pagamento;

IV - Suplementar dotações correspondentes as Receitas de Operações de Crédito que estejam sujeitas a correção monetária, pelo diferencial entre o valor previsto no Orçamento e o efetivamente realizado;

V - abrir Crédito Suplementar para atender a insuficiência nas dotações conseguidas no Orçamento de Investimento até o limite de 50% (cinquenta por cento), da Despesa atualizada deste Orçamento;

VI - realizar Operações de Crédito por antecipação da Receita até o limite de 30% (trinta por cento), da Receita Total estimada para o exercício de 1995;

VII - abrir Crédito Suplementar para atender o pagamento de débitos constantes de precatórios judiciais apresentados até 31 de dezembro de 1.994, data em que terão atualizados seus valores, fazendo-se o pagamento até o final do exercício financeiro de 1995.

Parágrafo Único - Atualizar mensalmente, se necessário, as dotações orçamentárias, de acordo com o índice de inflação acumulada em cada período.

Art. 8º - Os Créditos Especiais e Extraordinários, autorizados no exercício financeiro de 1.994, ao serem reabertos na forma do parágrafo 2º do Art. 167 da Constituição Federal e do Art. 136 da Lei Orgânica do Município de Macapá, serão reclassificados em conformidade com a classificação adotada na presente Lei.

Art. 9º - O Poder Executivo estabelecerá normas para a realização da Despesa, inclusive a Programação Financeira para o exercício de 1.995, onde fixará as medidas necessárias a manter os dispêndios compatíveis com a arrecadação da receita, a fim de obter o

Rapela



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ
PROCURADORIA GERAL

LEI Nº 707 /94-PMM.....Fls.....06

equilíbrio financeiro preconizado pela legislação específica.

Art. 10 - As despesas da Administração Direta, inclusive Autarquias e das Entidades de Administração Indireta realizadas com recursos do tesouro, bem como os recursos diretamente arrecadados pela Administração Indireta, terão sua discriminação aprovada por Decreto do Poder Executivo, constituídos os Quadros de Detalhamento da Despesa Q.D.D.

Art. 11 - As despesas que resultarem de aumento dos subsídios dos Vereadores e da remuneração, reposição salarial ou alteração da estrutura de carreira dos Servidores do Poder Legislativo, será objeto de Crédito Suplementar, a ser aberto pelo Poder Executivo, repassado na forma estabelecida no art. 168, da Constituição Federal.

Art. 12 - As Despesas do Orçamento de Investimento das Entidades da Administração Indireta, observada a programação do Anexo III, da presente Lei, é fixado em R\$ 2.290.736,00 (Dois Milhões, Duzentos e Noventa Mil, Setecentos e Trinta e Seis Reais) com o seguinte desdobramento:

DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS POR AUTARQUIAS		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÕES	VALOR (R\$)
2103.15	INSTITUTO DE PREV. MUNICIPAL	1.090.736,00
TOTAL:		1.090.736,00

DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS PÚBLICAS		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÕES	VALOR (R\$)
2101.03	EMPRESA MUNICIPAL DE TRANSPORTE	1.000.000,00
2102.16	EMDESUR	200.000,00
TOTAL:		1.200.000,00

Rapulei



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ
PROCURADORIA GERAL

LEI Nº 707 /94-PM.....Fls.....07

Art. 13 - As Fontes de Receita para cobertura de Despesa fixada no artigo anterior, decorrente de Recursos do Tesouro e outras fontes são estimados com a seguinte especificação:

DETALHAMENTO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS

E S P E C I F I C A Ç Ã O	VALOR (R\$)
I - RECURSOS DO TESOURO = TRANSFERÊNCIAS	1.440.736,00
II - RECURSOS DE OUTRAS FONTES = RECEITA PRÓPRIA	850.000,00
T O T A L:	2.290.736,00

Art. 14 - Ficam automaticamente reajustadas as dotações consignadas no Orçamento de Investimento das Autarquias e Empresas, cada vez que forem atualizados as Correspondentes Dotações no Orçamento Fiscal, de acordo com o disposto no Parágrafo Único do Artigo 7º desta Lei, corrigindo-as, também, quando da Abertura de Créditos Suplementares, tanto com Recursos do Tesouro, quanto com Recursos de Outras Fontes destinados à Investimentos ' não incidindo sobre o percentual determinado no item I do referido Artigo.

Art. 15 - Esta Lei entrará em vigor, a partir de 1º de janeiro de 1.995, revogando as disposições em contrário.

PALÁCIO LAURINDO DOS SANTOS BANHA, em de dezembro de 1.994.

João Bosco Papalão Paes
JOÃO BOSCO PAPALÃO PAES
PREFEITO MUNICIPAL DE MACAPÁ